

28 DE ABRIL DE 2016 - MOBILIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL E MOVIMENTO POPULAR EM MARIANA, MINAS GERAIS, BRASIL: POR OCASIÃO DO DIA MUNDIAL EM MEMÓRIA ÀS VÍTIMAS DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO

Fórum Nacional de Saúde dos/as Trabalhadores/as das Centrais Sindicais (FNSTCS)¹

O Fórum Nacional de Saúde dos/das Trabalhadores/as das Centrais Sindicais brasileiras² escolheu “Mariana e a tragédia ocasionada pelo rompimento das barragens da Samarco” como tema para o 28 de abril - Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

O objetivo era que os sindicatos de todas as centrais sindicais percebessem que o acidente de trabalho, como o ocorrido em Mariana, não se restringe ao ambiente de trabalho, como alguns teimam em afirmar, mas traz consequências para toda a sociedade.

Como parte da programação das atividades, no dia 27 de abril aconteceu, no auditório do Departamento de Geologia da Universidade Federal de Ouro Preto (DGEO/UFOP), na cidade de Ouro Preto/MG, o *Seminário Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador e da Trabalhadora: desafios e perspectivas*; no dia 28 de abril, a *Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em Memória às Vítimas de Acidentes da Tragédia da Samarco*, esta realizada em Mariana; e duas *Caravanas a Bento Rodrigues*, subdistrito de Mariana, nos dias 26 e 28 de abril.

O “acidente” de trabalho ampliado gerou o vazamento de mais de 60 milhões de metros cúbicos de lama tóxica no ambiente e provocou a destruição do território da comunidade de Bento Rodrigues, onde moravam cerca de 600 pessoas. Causou a morte de trabalhadores e de moradores de Bento Rodrigues e o adoecimento e sofrimento de milhares de moradores da região atingida. Provocou ainda, a contaminação e devastação de toda a bacia do Rio Doce, que ao percorrer um trajeto de cerca de 700 km, chegou ao Oceano Atlântico,

¹ O FNSTCS agradece a colaboração do Fórum Sindical e Popular de Segurança e Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora de Minas Gerais (FSPSST-MG) que tornou as atividades conjuntas do 28 de abril possíveis.

² O FNSTCS reúne-se mensalmente em São Paulo para discutir e encaminhar questões relativas à Saúde do Trabalhador, comparecendo representantes da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e União Geral do Trabalhadores (UGT), contando com os apoios do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT).

contaminando a vida marinha e comprometendo o trabalho, a saúde e a vida da população que vive da pesca, do turismo e do comércio no delta desse rio. Além disso, essa região na costa do Espírito Santo é uma importante área de proteção ambiental usada para desova de tartarugas-marinhas, incluindo espécies ameaçadas de extinção.

Por tudo isso, podemos afirmar que, estamos diante do maior desastre ambiental da história do Brasil, tanto pelo volume de rejeitos despejados, como pela distância percorrida pelos rejeitos da mineração e pelo valor necessário para a reposição das perdas, estimada em mais de 5 bilhões de dólares.

Dada sua complexidade e gravidade, este acidente de trabalho ampliado mobilizou milhares de trabalhadoras e trabalhadores de diversos setores da área pública para o seu enfrentamento, a exemplo de bombeiros, médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, agentes administrativos, professores e policiais civis, além do trabalho de milhares de voluntários.

O impacto para a saúde foi imediato. Além das mortes, muito sofrimento psíquico-social e adoecimentos de trabalhadores, crianças, jovens, adultos e pessoas idosas. Centenas de pessoas foram atendidas nos serviços de saúde de Mariana e municípios próximos, com queixas de náuseas, vômitos, falta de ar, ansiedade, insônia, dores de cabeça, hipertensão, ingestão de lama, fraturas, entre outras.

Adoecimentos e acidentes de trabalho que acometem os mineiros devem ser compreendidos como alertas das péssimas condições dos ambientes e dos processos de trabalho existentes nas minas. Isto quer dizer que a saúde do trabalhador deve ser vista como “*canários sentinelas*”, expressão usada pelos mineiros que, no século passado, levavam canários para o subsolo das minas, visando avaliar a qualidade do ar. Assim, melhorar as condições de trabalho implica em melhorar as condições ambientais e de vida das populações.

A TRAGÉDIA

Dia 5 de novembro de 2015, 16 horas – Dia para não ser esquecido. A barragem de Fundão, localizada na unidade industrial de Germano, no subdistrito de Bento Rodrigues, município de Mariana, Região Central de Minas Gerais, se rompeu, causando uma enxurrada de lama e rejeitos de mineração que provocou a destruição do subdistrito, deixou 18 mortos, sendo duas crianças e 16 trabalhadores: 12 terceirizados, três de Bento Rodrigues e um da Samarco. Um trabalhador continua desaparecido. Calcula-se que mais de dez mil postos de trabalho foram fechados, mais de 600 pessoas desabrigadas e desalojadas, milhares de pessoas sem água e gerou graves danos ambientais e socioeconômicos a toda a Bacia do Rio Doce. A barragem, de responsabilidade da mineradora Samarco, possuía 55 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério, retirado de extensas minas na região, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA),

que se espalharam pelo leito do Rio Doce, por 600 quilômetros, até chegar ao litoral capixaba.

O rompimento da barragem de Fundão foi considerado o maior desastre ambiental do Brasil e o maior do mundo envolvendo barragens de rejeito, com efeitos que serão sentidos ao longo de dezenas de anos. A tragédia afetou 35 cidades de Minas Gerais e três do Espírito Santo e comprometeu os serviços de abastecimento de água e a arrecadação dos municípios, decorrentes da interrupção de atividades econômicas dependentes do rio.

A lama provocou a morte de mais de 11 toneladas de peixes, ameaçou a extinção de algumas espécies, impactou fauna, flora, áreas marítimas e de conservação, além de causar prejuízos ao patrimônio, às atividades pesqueiras, agropecuária, turismo e lazer na região. Um agravante da situação foi que o empreendimento e as comunidades vizinhas à barragem não possuíam um plano de contingência, que poderia minimizar os danos à população e os impactos ao meio ambiente. A Organização das Nações Unidas (ONU) enquadrou o desastre como uma violação dos direitos humanos.

A partir deste acidente de trabalho ampliado em que todos fomos atingidos, as centrais sindicais brasileiras presentes no Fórum Nacional de Saúde dos/das Trabalhadores/as das Centrais Sindicais (FNSTCS), juntamente com o Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador de Minas Gerais (FSPSST-MG), fizeram deste crime uma grande ação de denúncia e também de homenagem às vítimas de acidentes e adoecimento do trabalho.

28 DE ABRIL DE 2016 – este ano as centrais sindicais brasileiras tiveram o tema do grande acidente de trabalho gerado pelo rompimento da barragem de rejeitos minerais de Fundão, na unidade industrial de Germano, em Mariana, Minas Gerais. Levar esta discussão a todos os sindicatos brasileiros é de suma importância, pois se coloca em cheque que tal “acidente” de trabalho não pode ficar restrito ao local de seu acontecimento, mas sim deve ser debatido por toda a sociedade, pois afinal:

“Acidente” de trabalho - SOMOS TODOS ATINGIDOS!

A economia regional foi severamente atingida e paralisada, num verdadeiro efeito cascata, como as atividades de agricultura familiar e a produção de geléia biquinho que teve a sua matéria prima completamente destruída, assim como as atividades culturais e de turismo. Além dos trabalhadores da Samarco/Vale/BHP Billiton, são também atingidos pelo rompimento da barragem, as trabalhadoras e os trabalhadores que vivem da produção agrícola, da pesca e do trabalho artesanal e que estão com suas atividades interrompidas, com sérios prejuízos às atividades produtivas locais, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida dessas populações.

Dada a dimensão deste acidente de trabalho ampliado, seus efeitos poderão ser sentidos por muitos anos, afetando diretamente a vida de milhares e milhares de trabalhadores e de suas famílias, de populações ribeirinhas, dos in-

dios Krenak, distribuídos em 35 municípios mineiros e quatro do Espírito Santo

As empresas Samarco/Vale/BHP Billiton e VogBR, esta última consultoria responsável pela declaração de estabilidade da barragem, foram indiciadas pela Polícia Federal por crime ambiental. Laudos afirmam que houve negligência da Samarco/Vale/BHP Billiton sob vários aspectos. Mesmo assim, após mais de 5 meses do rompimento da barragem, a lama não para de vazar. Em 2016, 5 milhões de m³ de rejeitos já atingiram a bacia do Rio Doce.

Estudos e dados demonstram que o trabalho na mineração expõe desnecessariamente as trabalhadoras e os trabalhadores a condições e ambientes extremamente danosos à integridade física e mental, e expõe a riscos de contaminação o meio ambiente e as populações que vivem no entorno desses empreendimentos em situação de extrema vulnerabilidade social. O setor de mineração impõe a trabalhadoras e trabalhadores jornadas de trabalho prolongadas, ritmos acelerados, cobrança por produção, máquinas e equipamentos inadequados, ruídos e calor excessivo, tempo de descanso insuficiente para a recuperação das capacidades físicas e mentais, além de salários insuficientes, compondo assim, a base de um intenso processo de precarização do trabalho, inclusive através da famigerada terceirização.

As centrais sindicais que organizaram as atividades, junto com o Fórum Sindical e Popular de Minas Gerais estiveram presentes com um grande número de ativistas e dirigentes sindicais e como não poderia ser diferente, não mediram esforços para tão importante ação de luta. Considerando que o acidente de trabalho ampliado, envolvendo o rompimento da barragem do Fundão, da empresa Samarco Mineradora S.A. (Vale/BHP), trata-se de um dos piores acidentes de trabalho e o maior desastre ambiental do país, o Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador e da Trabalhadora de Minas Gerais (FSPSST) e o Fórum Nacional de Saúde dos/das Trabalhadores/as das Centrais Sindicais (FNSTCS), com apoio de várias entidades e instituições, realizaram atividades nacionais unificadas em memória às vítimas de acidentes de trabalho, no período de 26 a 28 de abril de 2016, nas cidades de Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais.

Seminário Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador e da Trabalhadora relembra tragédia de Mariana

Dados sobre o rompimento da barragem da mineradora Samarco foram lembrados na manhã de quarta-feira, 27 de abril, na abertura do *Seminário Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador e da Trabalhadora: desafios e perspectivas*, realizado no auditório do Departamento de Geologia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

O público do Seminário foi estimado em mais de 200 pessoas, que foram ouvir os expositores convidados e os representantes da CSP-Conlutas – Central

Sindical e Popular, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e União Geral do Trabalhadores (UGT), além do FSPSST, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos de Mariana (Metabase), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conselho Estadual de Saúde, entre as 54 instituições e representações presentes.

Saúde e segurança no trabalho

Ao exaltar a importância do evento, a coordenadora do Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador de Minas Gerais, Marta de Freitas, afirmou que, naquele espaço, havia pessoas verdadeiramente comprometidas e interessadas na questão da saúde e segurança do trabalhador, que sonham que é possível ter uma vida melhor no mundo do trabalho.

“O pulmão do trabalhador que adoece no ambiente de trabalho não sabe a qual central sindical ele pertence”, ressaltou, ao destacar como fundamental a união do movimento sindical para exigir segurança e proteção ao trabalhador. “Temos hoje, no Brasil, um silêncio sobre os acidentes de trabalho. Precisamos acabar com esse pacto silencioso”, complementou.

José Reginaldo Inácio, secretário de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e membro da NCST, lembrou o que ele chamou de “tragédia criminosa”, ocorrida em Belo Horizonte, no dia 4 de fevereiro de 1971. Naquela data, 69 trabalhadores morreram soterrados no desabamento durante a construção do Parque de Exposições da Gameleira. Mais de 50 outros trabalhadores ficaram mutilados.

“Passados 45 anos da tragédia ninguém foi punido e as famílias das vítimas sequer foram indenizadas. Acidentes graves acontecem todos os dias e não podemos pactuar com essa situação. Precisamos garantir que o trabalhador vá para o trabalho e volte seguro para casa”, ressaltou.

A secretária de Saúde e Segurança no Trabalho da UGT Nacional, Cleonice Caetano Souza, representou o Fórum Nacional de Saúde dos/das Trabalhadores/as das Centrais Sindicais. “Não temos bandeiras, partidos ou cor. Respiramos saúde e segurança do trabalhador e da trabalhadora. Dormimos e acordamos pensando no bem-estar do trabalhador”, declarou. Ela ressaltou a necessidade de, “cada vez mais”, os movimentos sindicais e populares reafirmarem o compromisso com a luta e ações por condições dignas de trabalho, visando impedir que acidentes de trabalho continuem a se repetir no país, causando mortes, sofrimento e outros danos sociais e ambientais para a população, em especial, para os trabalhadores.

Números que dão o que pensar

No Brasil, segundo dados oficiais, entre os anos de 2012 e 2014 ocorreram mais de dois milhões de acidentes de trabalho. Ficaram inválidos 47.910 trabalhadores e 8.392 morreram. No setor extrativo foram 21.057 acidentes de

trabalho.

Esses dados dão a dimensão da irresponsabilidade patronal de desrespeito às normas de proteção à saúde dos trabalhadores e colocam para toda a sociedade, em especial para os movimentos sindical e popular, importantes desafios a serem enfrentados em defesa da vida e dos direitos da classe trabalhadora.

Audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em Mariana

A audiência pública foi realizada na manhã de quinta-feira, 28 de abril, em memória às vítimas de acidentes de trabalho do acidente de trabalho ampliado da Samarco, no Centro de Convenções de Mariana. Foi requerida por vários parlamentares filiados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Reuniu mais de 300 participantes, entre eles representantes de entidades sindicais e populares, da comunidade, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais (SRTE-MG) e do Ministério Público do Trabalho (MPT).

A iniciativa foi da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em razão ao dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho, e objetivou debater formas de evitar o aumento desenfreado deste tipo de acidentes.

Mariana - palco do maior acidente ocupacional ampliado da história de Minas Gerais e do Brasil

Essa foi uma das principais conclusões a que chegou a audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na quinta-feira, 28 de abril, em memória às vítimas do rompimento da barragem de rejeitos minerais de Fundão. A iniciativa foi da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social da ALMG, em razão do Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho.

Houve opiniões divergentes sobre a volta ou não do funcionamento da Samarco. Mas um consenso: as investigações devem ir até o fim, com a punição exemplar dos responsáveis, o apoio integral às famílias das vítimas, aos trabalhadores e à comunidade em geral e a recuperação do meio ambiente que foi devastado.

O presidente da Comissão e autor do requerimento para a realização da audiência pública, deputado Celinho do Sinttrocel (Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários), do PCdoB, classificou o rompimento da barragem de rejeitos de Mariana como o pior desastre da história ocupacional e ambiental do país. Para ele, é um grave problema a ser enfrentado. “É preciso restabelecer os empregos, as condições de salários e a retomada da economia do município”,

afirmou.

Segundo o deputado, pode-se pensar na reabertura das minas, porém, sob um novo patamar de segurança para os empregados e a população e de proteção ao meio ambiente. “Mais de um milhão de pessoas foram atingidas, mas as vítimas diretas foram as que morreram e seus familiares”, comentou.

Falha na aplicação da lei

O procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT) da 3ª Região, Geraldo Emediato de Souza, disse que “o Brasil tem uma das melhores legislações do mundo em relação à prevenção de acidentes e doenças do trabalho. Porém, sua implementação é ineficiente, o que faz com que os acidentes sejam uma constante no país”.

Ele alertou que, em Mariana, são seis mil empregos diretos e indiretos em jogo, mas o passivo pode ser bem maior se levar em consideração outros setores econômicos do município afetados com a paralisação das atividades da Samarco.

Em junho de 2016 terminou o prazo acordado com os sindicatos para a suspensão temporária dos empregos. “É preciso pensar em formas de proteger e amparar os empregados se as atividades da empresa não forem retomadas”, disse Geraldo Emediato.

O Relatório da SRTE-MG

O superintendente regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais, Ubirajara Alves de Freitas, entregou ao deputado Celinho do Sinttrocel um relatório preparado por nove auditores fiscais daquela Superintendência.

De acordo com ele, de fato o rompimento da barragem foi o maior acidente ambiental do país, mas causado por um acidente de trabalho. Em 2011 a Samarco foi autuada mais de 100 vezes por infrações relacionadas a questões de saúde e segurança.

Na avaliação do superintendente, o valor da multa de R\$ 7 mil reais, irrisório para uma empresa do porte da Samarco, não significa nada. “A legislação para o trabalhador é boa, mas não é cumprida porque não é temida”, comentou, ao defender que a legislação trabalhista brasileira preveja punições mais severas.

O superintendente aproveitou para alertar sobre as ameaças que pairam sobre os trabalhadores nesse momento complicado da vida política e econômica do país. São mais de 50 projetos em tramitação no Congresso Nacional que pretendem retirar direitos dos trabalhadores.

Segundo ele, a primeira a ser aprovada poderá ser o Projeto de Lei (PL) 4330, que estabelece a terceirização sem limites. “Dos 16 trabalhadores mortos com a tragédia de Mariana, 12 eram terceirizados. Isso nos dá uma boa mostra do que pode vir a acontecer se esse projeto for aprovado”, comentou.

Pela preservação dos empregos com segurança

O presidente da UGT-MG, Paulo Roberto da Silva, defendeu a reabertura da Samarco, com responsabilidade e segurança, para que os trabalhadores tenham seu emprego de volta e o município volte a crescer. Na opinião dele, a tragédia de Mariana só chamou a atenção mundial pelo impacto ambiental que provocou, e não pelas mortes dos trabalhadores.

Paulo Roberto lembrou que os acidentes de trabalho matam e mutilam centenas de pessoas anualmente no Brasil, mas não se vê nenhuma repercussão sobre os mesmos.

De acordo com o site do então Ministério do Trabalho e Previdência Social, são registrados, em média, 700 mil acidentes de trabalho por ano no Brasil, desde 2010. Segundo o último dado disponível, em 2014 foram registrados 704,1 mil casos, com 2.783 mil óbitos.

Paulo Roberto criticou, ainda, a omissão do Estado em três níveis - municipal, estadual e federal. Na opinião do dirigente ugetista, se o Estado estivesse mais presente e a fiscalização fosse mais intensa, tragédias como a ocorrida em Mariana poderiam ser evitadas.

Momentos de memória e emoção

Durante a audiência pública, a coordenadora do Fórum Social e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador de Minas Gerais, Marta de Freitas, entregou uma placa ao senhor José do Nascimento de Jesus, presidente da Associação Comunitária de Bento Rodrigues.

Visivelmente emocionada, ela disse afirmou que a placa simbolizava o compromisso de todos os presentes para que acidentes como aquele não voltem a ocorrer. E sugeriu que a placa seja colocada no local onde Bento Rodrigues será reconstruída.

Ainda durante a audiência, os representantes das centrais sindicais UGT, CUT, CTB, Força Sindical, CSP-Conlutas e NCST acenderam 20 velas em memória aos 18 mortos no rompimento da barragem. Houve, ainda, um minuto de silêncio em homenagem às vítimas.

CARAVANAS A BENTO RODRIGUES

A primeira caravana a Bento Rodrigues aconteceu na tarde do dia 26 de abril, contando com a participação de aproximadamente 80 pessoas, entre elas representantes do movimento sindical, movimentos sociais e de saúde, tais como: FSPSSTT; CUT-MG; UGT-MG e Nacional; Força Sindical-MG, São Paulo e Nacional; NCST-MG; CTB-MG e CSP-Conlutas; Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais; Comissão Intersindical de **Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CIST) de Belo Horizonte e Minas Gerais, Diretoria de Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Minas Gerais, Conselho Nacional de Saúde (CNS**, sendo um membro da Coordenação das

Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB), Guarda Municipal e da Secretaria Municipal de Saúde de Mariana; e cipeiros metalúrgicos de São Paulo. Na parte da manhã, metalúrgicos funcionários da Samarco no Espírito Santo, acompanhados pelo Presidente da CUT-ES fizeram também uma visita à Bento Rodrigues.

No início da tarde do dia 28, ocorreu a segunda caravana, composta por 25 pessoas, entre elas algumas da Comissão Intersetorial de **Trauma e Violência (CIPTV/CNS)**.

Reivindicações dos movimentos sindical e popular no 28 de abril de 2016

O crime/tragédia da Samarco/Vale/BHP Billiton apenas revelou o desca-so com a legislação em Saúde do Trabalhador, com as convenções 176 e 174 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)³ e os princípios da Agenda Nacional do Trabalho Decente, numa lógica de um modelo de desenvolvimento econômico visando apenas o lucro, sem se importar com os aspectos sociais, ambientais, de promoção e de proteção à saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Portanto, 28 DE ABRIL é um dia em que o Brasil e o mundo celebram a MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO, data escolhida em razão de uma explosão ocorrida em uma mina nos Estados Unidos no ano de 1969, matando 78 trabalhadores.

Nesse dia 28 DE ABRIL DE 2016 o movimento sindical e popular denunci-am as tragédias dos “acidentes de trabalho”. A exploração do trabalho expõe as pessoas a riscos que ocasionam acidentes e doenças do trabalho com gra-ves conseqüências que mutilam e matam trabalhadores. A OIT estima que no mundo ocorra cerca de 160 milhões de acidentes e doenças de trabalho por ano, dos quais 2,34 milhões geram mortes.

O rompimento da barragem de rejeitos minerais do Fundão, em Bento Rodrigues, município de Mariana, em Minas Gérias, caracteriza-se como um verdadeiro crime/tragédia humano e ambiental. Assim, o movimento sindical e o movimento popular reivindicam:

- punição aos culpados;
- indenização das vítimas;
- recuperação da Bacia do Rio Doce;
- reconstrução do trabalho com sustentabilidade social e econômica.

Crime da Samarco/Vale/BHP Billiton – “Acidente” de trabalho ampliado – Somos todos atingidos! Um crime contra a vida e contra os trabalhadores que o movimento sindical jamais deixará cair no esquecimento.

3 Convenção 176 da OIT, de 1995, sobre Segurança e Saúde nas Minas (ratificada pelo Brasil em 2006). Convenção 174 da OIT, de 1993, sobre Prevenção de Acidentes Industriais Maiores (ratificada pelo Brasil em 2001).

A data de 28 de abril é lembrada no Brasil, e em vários outros países, como o *Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho*. É um dia não apenas para lembrar as vítimas dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, mas também um momento em que os movimentos sindical e popular reafirmam o compromisso com a luta e ações por condições dignas de trabalho, que visam impedir que “acidentes” de trabalho, eventos evitáveis, continuem a se repetir, causando mortes, sofrimento e outros danos sociais e ambientais para a população, em especial para os trabalhadores e as trabalhadoras. Em 2016, o 28 de abril foi marcado pelo *Crime da Samarco/Vale/BHP Billiton – “Acidente” de trabalho ampliado – Somos todos atingidos!*